

Desigualdades Regionais e Distribuição Fundiária no Espírito Santo: uma Abordagem Estruturalista

Rodrigo Straessli Pinto Franklin*
PPGE/UFRGS

RESUMO: O estado do Espírito Santo vem se destacando em termos de crescimento econômico na história recente do Brasil, acompanhado por uma melhoria dos indicadores sociais. Não obstante o patente processo de desenvolvimento pelo qual o estado tem passado, as desigualdades regionais apresentadas dentro do Espírito Santo são enormes e vêm aumentando na última década. Este trabalho objetivou relacionar a estrutura fundiária do Espírito Santo com as causas das desigualdades regionais do estado, utilizando-se de elementos teóricos da abordagem estruturalista desenvolvida por Celso Furtado. Foram realizadas regressões de modelos lineares pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários. Os resultados apontaram para uma significativa influência do índice da concentração da propriedade da terra na dinâmica do desenvolvimento dos municípios.

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura fundiária, Desenvolvimento, Celso Furtado.

ABSTRACT: The state of Espírito Santo has seen a remarkable economic growth in the recent years, accompanied by an improvement in the social indicators. Notwithstanding the clear development process that the state has experienced, regional inequalities presented in Espírito Santo are enormous and are increasing in the last decade. This study aimed to relate the land structure of Espírito Santo with the causes of regional disparities in the state, using the theoretical elements of the structuralist approach developed by Furtado. Regressions were performed with linear models by the method of OLS. Results showed a significant influence of the index of concentration of land ownership in the dynamics of development of municipalities.

KEY-WORDS: Land structure, Development, Celso Furtado.

JEL CLASSIFICATION: R12, O11, R11.

ÁREA ANPEC: 9 – Economia Regional e Urbana.

* Economista do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF e mestrando em Economia do Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGE/UFRGS. E-mail: rodrigo.franklin@ufrgs.br.

Desigualdades Regionais e Distribuição Fundiária no Espírito Santo: uma Abordagem Estruturalista

1. Introdução

O estado do Espírito Santo vem se destacando em termos de crescimento econômico na história recente do Brasil. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam o estado como o quinto que mais cresceu em termos *per capita* no período que se estende de 1990 a 2007, chegando ao final como o quarto maior PIB *per capita* do país, atrás apenas do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro.

Esse crescimento econômico tem sido acompanhado por uma melhoria dos indicadores sociais. Os índices de pobreza e de extrema pobreza apresentaram uma forte tendência decrescente nesse mesmo período: o nível de pobreza declinou de 45,5% para 15,2% da população, e a extrema pobreza de 21,2% para 4,2%. Houve um declínio também do grau de desigualdade na distribuição de renda, com uma redução de aproximadamente 20% no coeficiente de Gini, que alcançou seu menor valor histórico em 2008 (0,516)¹.

Não obstante o patente processo de desenvolvimento pelo qual o estado tem passado, as desigualdades regionais apresentadas dentro do Espírito Santo são enormes e vêm aumentando na última década. Em 2000, a região Metropolitana do estado, que abrange 7 dos 78 municípios (ocupando 5% da área total do estado), representava um total de 59,8% do PIB estadual, enquanto as regiões do Extremo Norte e Noroeste 1 se destacavam por serem as menos significativas, sendo responsáveis por 1,1% e 1,4% respectivamente. Em 2007, a participação da região Metropolitana aumentou para 64,6%, uma ampliação de 4,8 pontos percentuais, enquanto as outras duas regiões citadas mantiveram sua participação constante². Somente a capital (com uma população de pouco mais de 9% do total do estado) é responsável por 31,5% do PIB estadual (contra 28,7% em 2000).

Com o intuito de verificar a existência de um processo de convergência entre os municípios do Espírito Santo, Matheus Magalhães e Victor Toscano (2010) realizaram um estudo baseado nos dados de crescimento da renda *per capita* dos municípios para o período 1999-2007³. A convergência de renda, situação na qual as desigualdades regionais tendem a diminuir ante a livre mobilidade dos fatores, é uma implicação do modelo de crescimento desenvolvido por Solow (1956), amplamente adotado, juntamente com seus variantes, pela análise econômica tradicional.

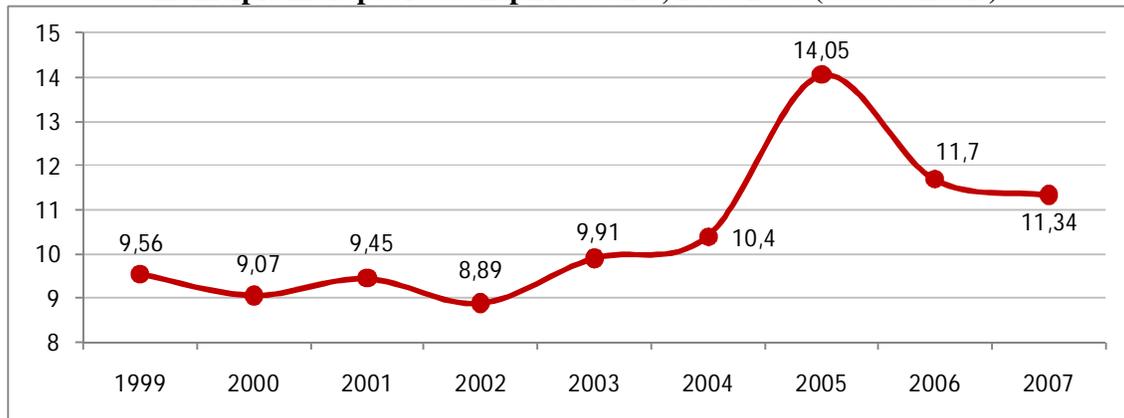
Os resultados obtidos pelos autores demonstram que houve uma ampliação da concentração de renda entre os municípios do estado, com um ápice no ano de 2005 e um aparente início de um processo de reversão nos dois anos seguintes (conforme dados apresentados no Gráfico 1), descaracterizando a ocorrência de σ -convergência. Além disso, os autores concluíram não haver validade empírica para uma hipótese de β -convergência, caso em que os municípios com menor renda *per capita* inicial cresceriam a taxas mais elevadas.

¹ BARROS et al., 2010.

² IJSN, 2010.

³ A análise desses autores excluiu o município de Governador Lindenberg, criado em 1998, cujos dados de renda per capita inexistem para o ano 1999.

Gráfico 1 – Razão entre as rendas per capita do município mais rico e do município mais pobre do Espírito Santo, 1999-2007 (dados anuais).



Fonte: IBGE/IJSN.

Nota: Valores calculados por Magalhães e Toscano (2010).

A despeito do caráter preliminar na pesquisa supracitada, acreditamos que as evidências indicam uma insuficiência que o modelo de Solow possui em explicar os fenômenos em sua forma concreta, tal como acontecem na realidade. Atribuímos isso à excessiva generalidade do modelo, que ignora o desenvolvimento histórico e social específico do estado capixaba, abrindo mão da possibilidade de compreender as dinâmicas próprias dessa coletividade. Não se trata simplesmente de reduzir o grau de parcimônia do modelo para ampliar a aderência do mesmo à realidade, mas de compreender a realidade como algo mais amplo e complexo, identificando dinâmicas completamente distintas.

Nossa proposta é buscar compreender esse processo de divergência do crescimento regional como um resultado necessário da dinâmica das transformações estruturais própria de economias periféricas, pautadas por um desenvolvimento dependente. Para tanto, resgataremos as contribuições do pensamento estruturalista que emergiu da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL), mais especificamente, conforme as contribuições de um de seus maiores expoentes: Celso Furtado.

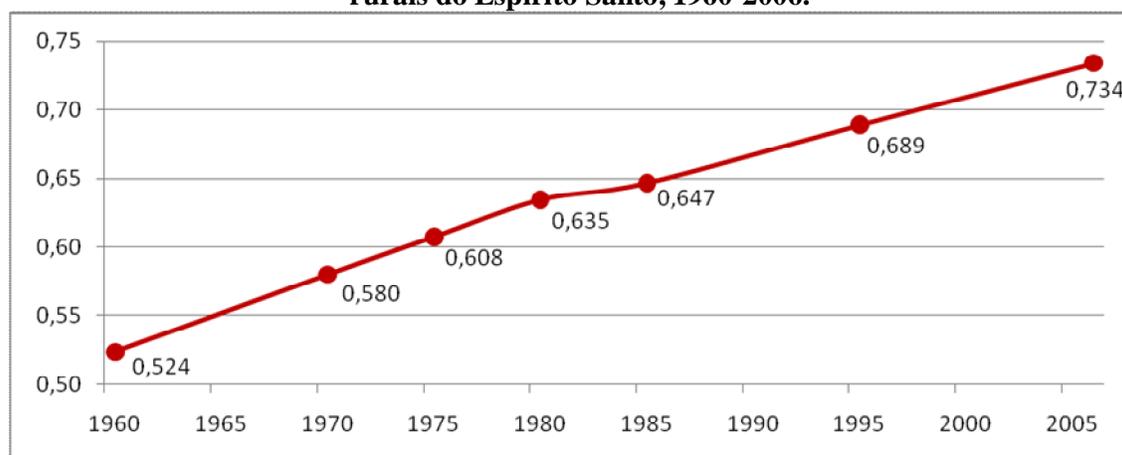
Nossa análise terá na estrutura fundiária o elemento central para compreender esse fenômeno, tanto por ela ocupar um lugar essencial nas teses estruturalistas de Furtado como pelo fato da agricultura ser a principal atividade econômica de mais da metade dos municípios do estado. Além disso, o Espírito Santo se destaca no Brasil por ser um dos únicos estados que apresenta uma tendência de concentração de terras, junto com Minas Gerais e Alagoas⁴.

Devido às especificidades do processo de formação histórica do Espírito Santo, o estado foi marcado pela presença da pequena propriedade rural de caráter essencialmente familiar, figurando entre os estados com a melhor distribuição da propriedade da terra. Não obstante, o desenvolvimento de algumas atividades econômicas, como a silvicultura, a canavicultura e principalmente a pecuária – esta última presente em todos os municípios do estado e ocupante de grande parte da área agrícola estadual – tem gerado uma tendência progressiva de concentração fundiária⁵. Conformes os dados do Censo Agropecuário elaborado pelo IBGE, o índice de GINI de concentração fundiária no estado aumentou em 40% entre 1960 a 2006 (Gráfico 2).

⁴ BERGAMIM; CAMPOS JR., 2005.

⁵ Ibidem.

Gráfico 2 – Evolução do índice de Gini de estabelecimentos rurais do Espírito Santo, 1960-2006.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1960/2006.

Nota: Valores dos períodos 1960 a 1985 calculados por Bergamim e Campos Jr., 2010.

Sendo assim, e tendo por base a teoria estruturalista, que será exposta na seção seguinte, nossa hipótese é de que existe um processo causal circular em que a dinâmica de desenvolvimento dependente sub-ótima gera concentração da propriedade da terra e que esta, por sua vez, impele a economia para aquela dinâmica de desenvolvimento dependente. Tendo em vista a limitação dos dados disponíveis, os modelos que serão apresentados na terceira seção deste artigo terão como objetivo testar apenas o segundo elemento dessa relação circular – os efeitos da distribuição fundiária no desenvolvimento. Seus resultados serão apresentados na quarta seção. Por fim, apresentaremos as considerações finais sobre nossa pesquisa e indicaremos sugestões para pesquisas futuras.

2. ABORDAGEM TEÓRICA: ESTRUTURALISMO

Na tentativa de captar os efeitos que os fatores não-econômicos têm gerado na evolução de variáveis econômicas nos municípios do Espírito Santo, resgataremos as contribuições teóricas da escola estruturalista tal como se cristalizaram nas obras de um dos seus principais expoentes: o economista Celso Furtado.

2.1 Conceito central: estrutura

Para Celso Furtado, a tarefa que a análise econômica se propõe a realizar é a de “explicar certos fenômenos a partir de outros que são conhecidos”, estabelecendo uma relação de causalidade entre dois conjuntos de vetores – um vetor de variáveis endógenas (explicadas) e um vetor de variáveis exógenas (explicativas).

A forma como o segundo vetor determina o primeiro, ou seja, o conjunto de relações precisas entre as variáveis, constitui a matriz estrutural do modelo. Se os valores dos parâmetros são especificados, as relações entre as variáveis assumem características precisas, definindo-se uma *estrutura*.⁶

⁶ FURTADO, 1983, p. 71.

Os modelos econômicos tradicionais tentam estabelecer essas relações entre as variáveis buscando evidenciar a estrutura de um dado mercado (ou seja, buscando apresentar uma matriz de parâmetros estática). Esse tipo de abordagem é apropriado em economias que já apresentam um elevado nível de desenvolvimento, em outras palavras, países que apresentam uma matriz estrutural (parâmetros) de tal forma adequada que maximizaria os efeitos positivos das variáveis exógenas.

No entanto, os países que não se enquadram no mesmo nível de desenvolvimento que as economias centrais apresentam, dessa forma, estruturas sub-ótimas. Por esse motivo que as teorias do desenvolvimento econômico teriam por objetivo o estudo da modificação (no tempo) das matrizes estruturais desses modelos⁷. A dinamização desses modelos econômicos, tal como se concebeu no pensamento estruturalista, “teve como objetivo principal pôr em evidência a importância dos ‘parâmetros não-econômicos’ dos modelos macroeconômicos”⁸. Celso Furtado ressalta:

Como o comportamento das variáveis econômicas depende em grande medida desses parâmetros [não-econômicos], e a natureza dos mesmos pode modificar-se significativamente em fases de rápida mudança social, ou quando se amplia o horizonte temporal da análise, os mesmos devem ser objeto de metucioso estudo. Essa observação é particularmente pertinente com respeito a sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas⁹.

Antes, porém, de analisarmos a forma como Furtado concebe a relação entre a estrutura fundiária e o desenvolvimento econômico, tema central do presente trabalho, é fundamental que busquemos elucidar algumas outras concepções do autor que irão contribuir para a elaboração do nosso modelo macroeconômico.

2.2 Desenvolvimento econômico e desenvolvimento dependente

O conceito de desenvolvimento econômico para Celso Furtado apresenta uma trajetória de transformação no decorrer de suas obras. Inicialmente, entende por desenvolvimento econômico um aumento da produção por unidade de trabalho concomitante a uma modificação na estrutura da economia¹⁰. Já na obra “Um projeto para o Brasil”, o autor identifica um aspecto cultural e social no desenvolvimento. Destaca que “o desenvolvimento não é uma simples questão de aumento de oferta de bens ou de acumulação de capital, possui ele um *sentido*, é um conjunto de respostas a um projeto de autotransformação de uma coletividade humana”¹¹. Mesmo assim, Furtado não conseguiu abandonar as concepções economicistas sobre desenvolvimento ainda nessa obra, passando a tratar, no restante do livro, do desenvolvimento em termos *estritamente econômicos* e retomando a definição de mero aumento da produtividade do trabalho.

Celso Furtado retomaria o debate sobre o desenvolvimento enquanto um projeto de autotransformação de uma sociedade na obra “O mito do desenvolvimento econômico”¹².

⁷ FURTADO, 1983, p. 71.

⁸ *Ibidem*, p. 72.

⁹ *Ibidem*, p. 72.

¹⁰ *Ibidem*, p. 79. Estrutura da economia significa, nesse contexto, as proporções de cada indústria no produto total da economia. Essa proporção seria compatível, segundo o autor, com um projeto de vida concebido pelos membros da coletividade. No entanto, permanece preso aos conceitos econômicos ao considerar que esse projeto de vida seria expresso no perfil da demanda.

¹¹ *Idem*, 1968, p. 19

¹² *Idem*, 1974.

Nessa obra o autor supera, enfim, a visão economicista, desconstruindo a ideologia do desenvolvimento econômico. Ressaltou a necessidade das sociedades possuírem uma autonomia cultural (ou então a ausência de uma “colonização ideológica”), de forma que os países até então periféricos abandonassem a busca pelo padrão cultural (e de consumo) dos países do centro e se voltassem para as suas próprias fontes culturais.

Uma análise mais aprofundada do debate sobre a concepção de desenvolvimento foge do escopo deste artigo, sendo, para nós, suficiente compreender o duplo significado que Furtado dá ao termo desenvolvimento no decorrer de suas obras. Retomemos, por agora, a concepção de desenvolvimento como ampliação da produtividade do trabalho.

As causas dessa ampliação da produtividade podem ser explicadas por três fatores: (a) aumento da dotação de capital por trabalhador, (b) progresso tecnológico e (c) modificações na estrutura produtiva decorrente de alteração no perfil da demanda, ou seja, transferência de recursos de um setor menos produtivo para um setor mais produtivo¹³. O primeiro desses fatores, a acumulação de capital, é um elemento necessário ao desenvolvimento, que se combina sempre com pelo menos um dos outros dois fatores. Mas o autor não o considera como o fator primário do desenvolvimento, de forma que o “impulso original” será o item (b) ou (c), ou uma combinação de ambos.

A dinâmica da economia funciona dentro de uma lógica causal circular, de forma que independente de qual seja o impulso original de um processo de desenvolvimento, seja o item (b) ou (c), seus efeitos levarão necessariamente à ocorrência do outro elemento, intermediado pela acumulação de capital. Para Furtado, existiriam, assim, duas dinâmicas distintas de desenvolvimento. A primeira, que chamou de desenvolvimento autônomo, seria impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico (b). É claro que para se traduzir em ganhos de produtividade, o desenvolvimento tecnológico deveria ser objeto de investimentos (a), tanto novos quanto de substituição de equipamentos já amortizados. O resultado seria uma apropriação do ganho de produtividade por parte de um determinado setor da sociedade, sejam eles os trabalhadores – por meio do aumento dos salários nominais ou da redução dos preços e, portanto, do aumento da renda real – ou proprietários específicos dessa indústria – pela ampliação das margens de lucro. Essa ampliação da renda seria naturalmente traduzida em uma modificação na composição da demanda dessa sociedade (c), dando continuidade ao ciclo.

Já nas economias subdesenvolvidas, a dinâmica seria a de um desenvolvimento dependente, impulsionado por uma modificação no perfil da demanda. Os investimentos necessários para fazer frente à nova demanda da sociedade trariam os ganhos de produtividade dos avanços tecnológicos desenvolvidos nos países centrais. Isso evidencia a primazia que Celso Furtado delega ao progresso técnico no desenvolvimento até mesmo dos países periféricos. No entanto, argumenta:

[...] O desenvolvimento de uma economia dependente é o reflexo do progresso técnico nos pólos dinâmicos da economia mundial. Contudo, convém assinalar que o elemento dinâmico não é a irradiação do progresso tecnológico, e sim o deslocamento da curva de demanda¹⁴.

Celso Furtado desenvolve, então, sua hipótese base de que, no caso específico do Brasil, existem deformações estruturais no sistema econômico que restringem os efeitos do deslocamento da curva de demanda no desenvolvimento¹⁵. Essas deformações estruturais,

¹³ FURTADO, 1968, p. 20.

¹⁴ *Ibidem*, p. 23.

¹⁵ A hipótese citada é feita por Furtado na obra “Um projeto para o Brasil” (FURTADO, 1968), onde faz uma análise das causas da desaceleração econômica do Brasil na década de 1960. Em outras obras, o autor apresenta elementos para o caso

dentre as quais o autor destaca a estrutura agrária, se expressam no próprio perfil da demanda global.

2.3 Estrutura fundiária e perfil da demanda

O deslocamento da curva de demanda que acompanha a ampliação do fluxo de renda é condicionado pelo perfil da demanda global, que expressa o sistema de valores da coletividade¹⁶. Diante de um aumento na produtividade, “a forma de distribuição da renda adicional e as elasticidades-renda da procura de bens de consumo serão responsáveis pelas modificações que surgirão na procura global”¹⁷. Como descrito na sessão anterior, essa nova demanda global implicará em modificações na aplicação de recursos produtivos, alterando a estrutura de custos da economia e, por sua vez, gerando novos ganhos de produtividade. O ponto a ser resgatado aqui é o papel que a estrutura fundiária desempenha na apropriação dos ganhos de produtividade e, portanto, na formação do novo perfil de demanda¹⁸.

Em uma economia onde a produção agrícola desempenha papel central, seja com foco na exportação ou no consumo interno, a dinâmica dos preços que determinará quais grupos se apropriarão de uma dada renda adicional. Para que a renda adicional seja apropriada pelas classes mais pobres da população seria necessário ou uma ampliação dos salários nominais, ou uma queda dos preços (e, portanto, uma ampliação dos salários reais).

A concentração da terra nesse cenário elimina as duas possibilidades. Primeiro, por permitir o uso de um tipo de tecnologia desenvolvida nos países centrais e voltada para estrutura daqueles países, portanto, poupadora de mão-de-obra. Diante do excesso estrutural de trabalho da economia brasileira e a reduzida demanda, os salários se mantêm baixos, impedindo a distribuição adequada de renda. Segundo, os preços dos bens de consumo não duráveis, bens típicos das camadas mais pobres da população, não se reduz posto que um pequeno grupo de grandes latifundiários controlam sua oferta, configurando um oligopólio com poder de mercado.

Devido essa concentração de renda na camada mais rica da população, a ampliação da demanda resultante concentrar-se-á, sobretudo, nos bens de consumo duráveis que poderão ser importados ou produzidos internamente. A produção interna desses bens, no entanto, se dará com o uso dos recursos acumulados por esses latifundiários e, mais uma vez, utilizando tecnologia poupadora de mão-de-obra. O resultado dessa mudança na estrutura produtiva tenderá cada vez mais a concentrar a renda e, conseqüentemente, a propriedade da terra – hipótese que explicaria a ampliação do índice de Gini de concentração fundiária apresentada na primeira sessão deste artigo.

O resultado final é que o processo de desenvolvimento perde força na medida em que se torna cada vez mais dependente de bens restringidos (seja pela importação de bens de consumo duráveis ou de bens de capital para a internalização da produção) com impactos de longo prazo no balanço de pagamentos. Além disso, os ganhos de escala da implantação desse tipo

geral dos países subdesenvolvidos, como a escassez de poupança e a deterioração dos termos de troca. Esses elementos, no entanto, não serão abordados no presente trabalho, motivo pelo qual optamos por não apresentá-los de forma mais aprofundada.

¹⁶ A teoria econômica tradicional está mais habituada com o termo “preferências dos consumidores” do que “sistema de valores da coletividade”. É claro que cada termo possui uma carga ideológica distinta. Celso Furtado mostra compreender esse fenômeno e intercala o uso dos termos da economia tradicional de modo a compatibilizar seu discurso ao debate e, ao mesmo tempo, trazer os debatedores para o seu campo, preservando assim seus próprios valores.

¹⁷ FURTADO, 1983, p. 80.

¹⁸ O que será exposto em seguida tem como base as dinâmicas apresentadas em FURTADO, 1968.

de produção não são completamente absorvidos devido à diminuta dimensão do mercado consumidor desses bens. Em suma, os mecanismos de propagação de um impulso inicial em uma economia dependente como a brasileira não nos permite aproveitar plenamente dos frutos, em termos de aumento da produtividade, do progresso tecnológico.

2.4 Dualismo estrutural

A estrutura fundiária é um fator determinante para a definição do perfil da demanda apenas em uma economia agrícola. Não obstante, o que ocorre em economias industriais é muito similar, de forma que uma renda relativamente concentrada geraria um perfil de demanda que tenderia a concentrar cada vez mais a renda, em uma relação causal circular. É claro que nesse tipo de economia, a estrutura fundiária não seria mais o ponto central do processo de distribuição da renda.

Um país subdesenvolvido é marcado pelo que Celso Furtado chama de dualismo estrutural, que seria a convivência de dinâmicas de acumulação opostas em um mesmo território. Essa oposição de um polo agrário (atrasado) e outro industrial (moderno) formaria uma unidade contraditória, de forma que os dois elementos são frutos de um mesmo processo histórico. O que cabe destacar aqui é que, em um país subdesenvolvido, o polo agrário coexiste juntamente com o polo industrial, mesmo apresentando dinâmicas opostas.

2.5 Breve revisão de literatura

Na literatura econômica tradicional, há um amplo conjunto de trabalhos que buscam estabelecer uma relação entre crescimento econômico e desigualdades de renda (e de propriedade da terra). Destaca-se o trabalho de Kuznets (1995) que estabelece a hipótese de que o crescimento econômico amplia as desigualdades em locais de baixa renda, mas que haveria um ponto de inflexão em uma curva na forma de U-invertido, de modo que em localidades com elevado nível de renda, o crescimento reduziria as desigualdades.

Barro (2000) buscou relacionar as desigualdades de renda com a taxa de crescimento dos países, em uma determinação no sentido oposto ao estudado por Kuznets, e concluiu que amplas desigualdades comprometem o crescimento dos países mais pobres, mas incentivam o crescimento nos países mais ricos. Assim, aponta que políticas de distribuição de renda podem ser justificadas pela promoção do crescimento em países pobres, mas que em países ricos existe um *trade-off* entre os benefícios de uma melhor distribuição de renda e capacidade de crescimento econômico.

Buscando relacionar crescimento econômico com a desigualdade na distribuição da terra, Mo (2003) analisa o desempenho dos países do Leste Asiático e da América Latina. O autor concluiu que os países que possuem uma taxa de crescimento mais elevada são aqueles em que houve um processo de reforma agrária capaz de distribuir a propriedade da terra.

Os trabalhos dos autores citados, a despeito de apresentarem resultados coerentes com as hipóteses levantadas no presente artigo, merecem ressalvas por dois motivos. Primeiro, presos à concepção tradicional da economia, esses autores não podem perceber a existência de padrões distintos de acumulação, diferentes dinâmicas de desenvolvimento que atuam sobre diferentes países. É essa divergência na dinâmica de desenvolvimento – de um lado autônomo

e de outro dependente – que vai determinar a renda e o crescimento dos países¹⁹. Dentro de cada dinâmica, a desigualdade cumprirá um papel diferenciado. Assim, esses autores não conseguem captar a essência daquilo que aparece apenas em forma fenomênica nos dados que analisam.

O segundo ponto que pode ser destacado, é que os autores da economia tradicional trabalham normalmente com os elementos não-econômicos como se os mesmos fossem elementos autônomos na análise, posto que não percebem o adequado papel que cabe às estruturas na dinâmica da economia. As relações que são estudadas devem ser relações entre variáveis econômicas, sendo os fatores não-econômicos os elementos que vão mediar essa relação. Assim, esses autores, a despeito de conseguirem captar as relações entre as variáveis, não conseguem perceber a forma adequada com que se dão essas relações.

3. Metodologia

Uma limitação com a qual nos deparamos para a verificação das hipóteses aventadas a é pouca quantidade de dados disponíveis, de modo que fomos forçados a analisar os dados em *cross section*²⁰. Por esse motivo, a verificação da circularidade na relação causal entre concentração fundiária e desenvolvimento, que exigiria a análise de séries temporais, não poderá ser realizada no presente trabalho. Restringir-nos-emos a testar a hipótese de que uma estrutura fundiária mais concentrada impele a economia para uma dinâmica dependente, de baixa renda *per capita*.

Para tanto serão utilizados dois modelos lineares similares, baseados em conceitos de desenvolvimentos distintos. O primeiro modelo – equação (1) – tratará o desenvolvimento do ponto de vista estritamente econômico, ou seja, como o nível do produto *per capita*. Para o segundo modelo – equação (2) – com o intuito de captar a crítica de Furtado presente no “Mito do desenvolvimento econômico”²¹, o nível de desenvolvimento será representado pelo Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M). Ambos os modelos estabelecem como “impulso original” do desenvolvimento o perfil da demanda da referida coletividade.

$$Y_i = \beta_1 C_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

$$D_i = \beta_0 + \beta_1 C_i + \varepsilon_i \quad (2)$$

Onde:

Y_i é o produto *per capita*;

D_i é o IDH-M;

C_i é o consumo *per capita*;

$i = 1, 2, \dots, N$ indica o município;

ε_i é o termo de erro.

Cabe ressaltar que o primeiro modelo se abstém do termo de intercepto uma vez que, em uma situação hipotética em que não houvesse consumo, não haveria também produção, sendo

¹⁹ As diferenças nas dinâmicas de desenvolvimento aparecem, por vezes, na literatura tradicional mistificadas no conceito de clubes de convergência.

²⁰ Os dados relativos à concentração fundiária são referentes aos anos 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995, 2006, períodos em que foram realizados o Censo Agropecuário pelo IBGE. Já os dados do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do estado só estão disponíveis a partir de 1999.

²¹ FURTADO, 1974.

plausível supor que essa relação deve passar pela origem. No segundo modelo, o intercepto foi preservado posto a existência de outros elementos, que não puramente econômicos, que compõem o IDH-M.

A capacidade de difusão do impulso original, ou a potência dos mecanismos de propagação, é determinada, nos dois modelos, pelo parâmetro β_1 . Esse parâmetro equivale ao elemento estrutural que regula a relação entre as variáveis econômicas. Compõem esse elemento estrutural, entre outros fatores, a estrutura fundiária, de forma que, com o intuito de dinamizá-lo, podemos decompô-lo da seguinte forma:

$$\beta_1 = \delta_0 + \delta_1 G_i \quad (3)$$

Onde:

G_i é o índice de Gini de concentração fundiária;

A fim de destacar o dualismo estrutural existente nas economias subdesenvolvidas, incluiremos uma variável *dummy* para identificar aqueles municípios que não fazem parte do “polo agrário”, evidenciando a dinâmica diferenciada de cada grupo. A equação (3) passa a ser:

$$\beta_1 = \delta_0 + \delta_1 G_i + \delta_2 NR_i + \delta_3 NR_i G_i \quad (4)$$

Onde:

NR_i é uma variável *dummy* que identifica os municípios não-rurais.

Combinando as equações (1) e (2) com a equação (4) teremos nossos modelos finais:

$$Y_i = \delta_0 C_i + \delta_1 G_i C_i + \delta_2 NR_i C_i + \delta_3 NR_i G_i C_i + \varepsilon_i \quad (5)$$

$$D_i = \beta_0 + \delta_0 C_i + \delta_1 G_i C_i + \delta_2 NR_i C_i + \delta_3 NR_i G_i C_i + \varepsilon_i \quad (6)$$

Os comportamentos dos coeficientes esperados pela teoria são:

$$\beta_0 > 0$$

$\delta_0 > 0$ – uma vez que o consumo é o impulso original do desenvolvimento, estabelecendo uma relação direta entre essas variáveis.

$\delta_1 < 0$ – evidenciando a relação inversa entre a concentração da propriedade da terra e o nível de desenvolvimento nos municípios de dinâmica agrária – hipótese de Gini-relação inversa. Observe que, no modelo (5), é coerente se esperar também que $|\delta_1| < \delta_0$. Do contrário, o nível de renda *per capita* poderia ser inversamente proporcional ao consumo *per capita*, quando o índice de Gini atingisse valores elevados, o que levaria a um produto negativo. No modelo (6) esse limite não é necessário, tendo em vista a existência de um componente autônomo (β_0).

$\delta_2 > 0$ – espera-se que os mecanismos de propagação dos efeitos do consumo sejam mais eficientes em economias com dinâmicas mais industriais, corroborando a hipótese de que o desenvolvimento dependente é sub-ótimo.

$\delta_3 > 0$ – em municípios não-rurais, a concentração de terra exerceria um efeito menor na redução dos impactos do consumo no desenvolvimento. Um caso de interesse, novamente em relação ao modelo (5), seria se $\delta_3 > |\delta_1|$, indicando certa compatibilidade com a curva de U-invertido de Kuznets, ou seja, que em localidades com dinâmicas mais próximas de um desenvolvimento autônomo, uma ampliação na desigualdade aceleraria o processo de desenvolvimento. Como o conceito de desenvolvimento no modelo (6) é mais complexo, e divergente do apresentado por Kuznets e seus adeptos, nele esse resultado peculiar não possuiria a mesma interpretação.

O método de regressão utilizado será o dos Mínimos Quadrados Ordinários, sendo que o modelo da equação (5) será corrigido pela matriz de variância e covariância de White devido à ocorrência de heterocedasticidade.

3.1 Especificação das variáveis e fontes de dados

G_i – Para medir as transformações na estrutura fundiária, utilizamos o índice de Gini da área total de estabelecimentos agropecuários referentes ao ano 2006, fornecidos pelo IBGE. Vale ressaltar que esse índice refere-se à distribuição da área rural entre os estabelecimentos rurais e não da propriedade da terra entre as pessoas. Dessa forma, se considerarmos a possibilidade de uma mesma pessoa possuir dois ou mais estabelecimentos, esse índice apresenta um viés para baixo. Além disso, em um caso limite em que uma única propriedade ocupasse toda a área rural de um município, o índice de Gini seria zero, indicando uma distribuição perfeita da terra.

Y_i – O dado utilizado para representar o desenvolvimento do ponto de vista estritamente econômico foi o PIB *per capita* (em R\$ mil) calculado pelo IJSN em parceria com o IBGE. Foram utilizados os dados referentes ao período de 2007, de forma que o mesmo seja fruto de uma relação com o índice de Gini do ano 2006.

D_i – Com o intuito de representar um conceito de desenvolvimento mais amplo, que não leva em consideração somente as questões econômicas, optamos por utilizar o IDH-M fornecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH-M é composto por três elementos de mesmo peso: a renda, a longevidade e a educação. Os dados disponíveis para os municípios do Espírito Santo são referentes aos anos de 1991 e 2000. Dois pontos devem ser ressaltados quanto à utilização desses dados. Primeiro, o período de levantamento do IDH não é compatível com os períodos de levantamento do índice de Gini, que será utilizado para medir a concentração da propriedade da terra. Dessa forma, utilizamos o IDH do ano 2000, sendo que os restantes dos dados são referentes ao período 2006/2007. Esse fator pode nos levar a resultados enganosos, constituindo-se um ponto crítico do trabalho.

Segundo, não há dados disponíveis para o IDH para o município de Governador Lindenberg uma vez que o município foi fundado em 1999. Portanto, além de retirar o referido município da amostra para realizar a regressão da equação (6), também foi retirado o município de Colatina, do qual aquele foi emancipado, para evitar maiores distorções nos resultados. O modelo da equação (6) só contará, portanto, com 76 observações.

C_i – Utilizamos como *proxy* para verificar as transformações no perfil da demanda dos município, o consumo do setor público *per capita* (em R\$ mil). Essa variável não corresponde de forma adequada ao conceito entendido por Furtado. Além da magnitude da demanda, o perfil da procura também diz respeito às proporções em que cada tipo de bem (duráveis e não duráveis) é adquirido. Como não nos foi possível obter tal nível de detalhamento dos dados, optamos por usar uma variável que exprima somente a magnitude da demanda.

NR_i – Essa variável *dummy* apresenta valor um para municípios cujo valor agregado do setor industrial representou mais de 40% do total do valor agregado gerado no município no ano de 2007. Foi incluído também nesse grupo o município de Vitória, capital do estado, que, apesar de não se enquadrar no critério utilizado, não pode ser considerado um município de dinâmica rural, tendo em vista que possui apenas 107,71 hectares de área rural dividido em 5 propriedades.

4. Análise dos efeitos da concentração fundiária

A Tabela 1 apresenta os resultados das regressões estimadas para os dois conceitos de desenvolvimento utilizados. Em ambos os modelos, observa-se que, a despeito de termos obtido um coeficiente de determinação (R^2) relativamente elevado, os valores-p dos coeficientes de muitas variáveis não são suficientes para podermos considerá-los estatisticamente significantes a um nível de significância de 5% e até mesmo 10%. Além disso, os coeficientes das variáveis $G_i C_i$ e $NR_i G_i C_i$ apresentaram sinais contrários ao esperado no primeiro modelo, assim como o da variável $NR_i G_i C_i$ no segundo modelo. Esses elementos nos fazem suspeitar da existência de multicolinearidade em nossa regressão.

Tabela 1 – Resultado das regressões lineares estimadas

Modelo	C_i	$G_i C_i$	$NR_i C_i$	$NR_i G_i C_i$	β_0	R^2	R^2 -Ajustado
(5) Y_i	14,10638 (0,1019)	2,722706 (0,8425)	66,11599 (0,0000)	-67,46514 (0,0001)	- -	0,752147	0,742098
(6) D_i	0,065220 (0,2215)	-0,164012 (0,0166)	0,122064 (0,0615)	-0,122620 (0,1718)	0,753338 (0,0000)	0,341294	0,304184

Nota: O valor-p da estatística-t de cada coeficiente está apresentado entre parênteses.

A multicolinearidade provavelmente é fruto do excesso de repetições de uma mesma variável (C_i) nos termos do modelo. Para solucionar o problema, sem ao mesmo tempo comprometer a capacidade de testar nossas hipóteses, faremos duas regressões para cada modelo, separando as variáveis *dummy*. Assim, em um modelo haverá a variável *dummy* para mudança de inclinação, e noutro haverá a variável *dummy* para mudança de intercepto. O modelo da equação (5), dessa forma, será desdobrado nos seguintes modelos:

$$Y_i = \delta_0 C_i + \delta_1 G_i C_i + \delta_3 NR_i G_i C_i + \varepsilon_i \quad (8)$$

$$Y_i = \delta_0 C_i + \delta_1 G_i C_i + \delta_2 NR_i C_i + \varepsilon_i \quad (9)$$

Já o modelo da equação (6) será desdobrado nas seguintes equações:

$$D_i = \beta_0 + \delta_0 C_i + \delta_1 G_i C_i + \delta_3 NR_i G_i C_i + \varepsilon_i \quad (10)$$

$$D_i = \beta_0 + \delta_0 C_i + \delta_1 G_i C_i + \delta_2 NR_i C_i + \varepsilon_i \quad (11)$$

Tabela 2 – Resultado das regressões lineares dos modelos simplificados

Modelo	C_i	$G_i C_i$	$NR_i C_i$	$NR_i G_i C_i$	β_0	R^2	R^2 -Ajustado
(8) Y_i	46,58240 (0,0041)	-44,91206 (0,0579)	- -	23,82982 (0,0024)	- -	0,630334	0,620476
(9) Y_i	38,66946 (0,0005)	-34,15703 (0,0370)	19,03933 (0,0005)	- -	- -	0,688051	0,679733
(10) D_i	0,134331 (0,0010)	-0,253897 (0,0000)	- -	0,040613 (0,0820)	0,748926 (0,0000)	0,307797	0,278955
(11) D_i	0,111140 (0,0089)	-0,232501 (0,0000)	0,036313 (0,0305)	- -	0,753320 (0,0000)	0,323617	0,295434

Nota: O valor-p da estatística-t de cada coeficiente está apresentado entre parênteses.

A Tabela 2 apresenta os resultados das regressões estimadas para os quatro modelos simplificados. Podemos observar que os valores de R^2 continuam elevados e que houve uma melhora nos valores-p dos coeficientes estimados em todos eles. Ademais, os sinais dos

coeficientes passaram a ser condizentes com a teoria (o caso peculiar do coeficiente δ_3 será tratado com mais pormenores adiante).

Uma forma adequada de compararmos os diferentes modelos de cada variável explicada é pelos valores de R^2 e dos coeficientes ajustados (R^2 -Ajustado). O primeiro ponto que podemos observar é que, tanto no caso do modelo (5) quanto do modelo (6), houve uma queda no valor do R^2 -Ajustado nas regressões de suas versões simplificadas. Essa perda foi mais significativa no modelo (5). Ainda assim, os referidos valores continuaram elevados, de forma que as novas regressões preservaram uma boa capacidade de explicação sobre o comportamento das variáveis dependentes.

Comparando-se os modelos que mantiveram a *dummy* de mudança de intercepto – modelos (9) e (11) – podemos verificar que ambos apresentaram um R^2 mais elevado que seus modelos irmãos – modelos (8) e (10), respectivamente. Dessa forma, o termo NR_iC_i parece ter uma maior capacidade de explicação do que o termo $NR_iG_iC_i$. Como este último elemento possui um significado importante para nossas hipóteses, optamos por não eliminar nenhum dos quatro modelos, analisando o resultado de todos.

Cabe ainda um último comentário acerca dos coeficientes de determinação. Tendo em vista que o IDH-M é formado por três índices diferentes, sendo apenas um deles de caráter econômico, não seria de se esperar que um modelo como esse explicasse mais do que um terço da variação desse índice. Sendo assim, diante do R^2 “relativamente” elevado dos modelos (10) e (11), podemos concluir que as variáveis explicativas devem influenciar tanto nos fatores econômicos quanto não econômicos que compõem o índice. Mesmo assim, deve-se ressaltar que o modelo apresentado pode ser aprimorado incluindo-se outras variáveis de caráter não econômico.

Em seguida, iremos avaliar os coeficientes estimados pelas regressões. Antes, porém, devemos observar que, a um nível de significância de 5%, todos os coeficientes são estatisticamente significantes, com exceção do δ_1 do modelo (8) e do δ_3 do modelo (10), que poderão ser aceitos a um nível de 10%. Por esse motivo, a seguir analisaremos os resultados tanto para um grau de significância de 5% quanto de 10% quando for o caso.

Para interpretarmos o resultado de nossas regressões, devemos resgatar a equação (4) apresentada na seção de metodologia. A relação fundamental do nosso modelo é uma relação entre o nível de consumo per capita (C_i) e o produto per capita (Y_i). Essa relação é determinada pelo coeficiente estrutural β_1 . No entanto, na medida em que ocorrem mudanças na distribuição da propriedade da terra, essa relação se modifica, podendo ampliar ou diminuir os efeitos de C_i sobre Y_i . São exatamente esses efeitos que buscaremos compreender.

Tabela 3 – Dinâmica do coeficiente β_1 no modelo (8)

N.S.*	Dinâmica	Gini-relação	β_1 Máx.	β_1 Mín.	Varição
10%	Rural	Inversa	46,582	1,6703	-96,41%
10%	Não-rural	Inversa	46,582	25,500	-45,26%
5%	Rural	Nula	46,582	46,582	0,00%
5%	Não-rural	Direta	70,412	46,582	-33,84%

* Nível de Significância

A Tabela 3 mostra a dinâmica do parâmetro β_1 conforme os valores estimados pelo modelo (8). Observamos que, considerando um nível de significância de 10% para a rejeição/aceitação dos coeficientes na tabela 2, nos municípios de dinâmica rural, o parâmetro β_1 possui uma relação inversa com o índice de Gini, podendo atingir o valor máximo de

46,582, quando o índice de Gini for igual a zero, ou seja, quando a distribuição da propriedade da terra for perfeita, e o valor mínimo de 1,6703, quando toda a propriedade for concentrada em uma única pessoa. Isso significa que a concentração da propriedade da terra pode reduzir em até 96,41% a capacidade potencial do consumo de gerar desenvolvimento.

Exemplificando com dados de nossa amostra, o município de Conceição da Barra, município de dinâmica rural, possui um índice de Gini de 0,962. Dessa forma, o parâmetro estrutural β_1 é igual a 3,347, o que significa dizer que para cada R\$ 1,00 de acréscimo no consumo *per capita*, será gerado um aumento de R\$ 3,347 no produto *per capita*²². Supondo que sobre esse município incida algum processo social que resulte na distribuição da terra de tal forma que ele passe a apresentar o mesmo índice de Gini do estado do Espírito Santo (0,734), o parâmetro β_1 assumiria o valor de 13,617, o que representaria uma ampliação de 406,9% do impacto do consumo no produto. Agora, o mesmo R\$ 1,00 de ampliação do consumo geraria R\$ 13,617 de acréscimo no produto. Mesmo assim, os mecanismos de propagação do crescimento estariam 70,8% abaixo de sua capacidade máxima, em um ponto claramente sub-ótimo.

Ainda para o nível de significância de 10%, podemos observar que a dinâmica econômica dos municípios não-rurais ainda não conseguiu superar os efeitos negativos da concentração de terra, apesar de tê-los reduzido. Isso significaria dizer que os mesmos não alcançaram uma dinâmica de desenvolvimento completamente autônomo. Fazendo uma analogia com a curva de U-invertido de Kuznets, que relacionou equivocadamente a renda – e não a dinâmica econômica – com o processo de concentração, esses municípios ainda se encontraria antes do ponto de inflexão.

Retornando ao nosso exemplo, se, ao invés de optar por distribuir a propriedade da terra, o município fosse bem sucedido em alterar sua dinâmica de desenvolvimento, o valor do β_1 subiria para 26,287, representando um aumento de 785,4% da capacidade original do consumo em gerar desenvolvimento, estando ainda 43,6% abaixo do ponto ótimo. Combinando a distribuição de terra com a mudança da dinâmica de desenvolvimento, o valor do β_1 subiria para 31,108 (929,5% maior que o original), permanecendo ainda 33,2% abaixo do máximo possível.

Se considerarmos um nível de significância de 5%, as relações mudam drasticamente. A esse nível de significância, não podemos rejeitar a hipótese nula de que o coeficiente δ_1 seja igual a zero, de modo que nossas hipóteses sobre a relação entre a concentração da propriedade da terra e o nível do produto não se confirmam. Nesse caso, os municípios de dinâmica rural passam a ser neutros em relação ao índice de Gini. Já para os municípios não-rurais a Gini-relação seria direta, de forma que quanto maior fosse a concentração, maior se tornaria a potencialidade do consumo em gerar crescimento.

Tabela 4 – Dinâmica do coeficiente β_1 no modelo (9)

Dinâmica	Gini-relação	β_1 Máx.	β_1 Mín.	Variação
Rural	Inversa	38,6695	4,5124	-88,33%
Não-rural	Inversa	57,7088	23,5518	-59,19%

A Tabela 4 apresenta os resultados do modelo (9) para um nível de significância de 5%. Observamos que os resultados são similares aos já apresentados para o modelo (8) a 10% de

²² Vale lembrar que utilizamos o consumo do setor público como proxy do perfil da demanda. Por isso, o resultado de um aumento do consumo não seria exatamente nessa proporção. O exemplo numérico dado serve apenas para ilustrar o raciocínio. Afinal, o que realmente nos interessa são as relações existentes entre as variáveis, e não suas magnitudes exatas.

significância. O que cabe ressaltar é que, nesse modelo, a dinâmica não-rural teria uma potencialidade maior do que a dos municípios rurais de gerar desenvolvimento.

Tabela 5 – Dinâmica do coeficiente β_1 no modelo (10)

N.S.*	Dinâmica	Gini-relação	β_1 Máx.	β_1 Mín.	Variação
10%	Rural	Inversa	0,1343	-0,1196	-189,01%
10%	Não-rural	Inversa	0,1343	-0,0790	-158,77%
5%	Rural	Inversa	0,1343	-0,1196	-189,01%
5%	Não-rural	Inversa	0,1343	-0,1196	-189,01%

* Nível de Significância

As tabelas 5 e 6 apresentam os mesmos resultados para os modelos (10) e (11) respectivamente – modelos cuja variável explicada seria o IDH-M. Podemos observar que, em ambos os modelos e em todos os níveis de significância, o parâmetro β_1 apresenta uma Gini-relação inversa. Para um nível de significância de 5%, o modelo (10) não apresenta diferenças entre as dinâmicas rurais e não-rurais, de modo que a hipótese do dualismo estrutural não se confirma.

Tabela 6 – Dinâmica do coeficiente β_1 no modelo (11)

Dinâmica	Gini-relação	β_1 Máx.	β_1 Mín.	Variação
Rural	Inversa	0,1111	-0,1214	-209,20%
Não-rural	Inversa	0,1475	-0,0850	-157,68%

Outro fator de destaque é que os valores mínimos de β_1 em todos os casos são negativos, o que significa que após um determinado nível de concentração da propriedade da terra, o consumo passaria a gerar efeitos negativos no desenvolvimento (compreendido aqui em um conceito mais amplo). Em outras palavras, os efeitos positivos de uma ampliação da renda *per capita* seriam mais do que negativamente compensados por uma redução na longevidade ou no nível de educação da sociedade, evidenciando o caráter excludente do desenvolvimento nos municípios mais desiguais.

5. Considerações Finais

O processo de convergência da renda, implicação lógica do modelo de crescimento de Solow, não é algo esperado na prática pelos agentes públicos e pela sociedade. Por esse motivo, o debate sobre políticas que busquem reduzir as desigualdades regionais são relevantes e recorrentes no Espírito Santo. O presente trabalho buscou dar uma contribuição para o melhor entendimento das causas dessas desigualdades no estado, fornecendo elementos para a construção de políticas públicas adequadas.

Para tanto, resgatamos as contribuições da tradição estruturalista, tal como se expressam no pensamento de Celso Furtado, que busca compreender a realidade brasileira como a de um país periférico, que possui uma lógica de desenvolvimento dependente dos desdobramentos das economias centrais.

Os resultados obtidos em nossa pesquisa mostram que, na maioria dos casos, os dados são condizentes com a hipótese de que existe uma relação inversa entre concentração da propriedade da terra e o potencial de desenvolvimento dos municípios. Observamos também

que os municípios que se afastam de uma dinâmica de desenvolvimento dependente parecem sofrer uma menor influência com relação ou índice de Gini e possuem mecanismos mais eficientes de propagação do desenvolvimento.

As conclusões são ainda mais notáveis se buscarmos compreender o desenvolvimento como um processo mais amplo do que um mero aumento da renda *per capita*. Ao incluir elementos como longevidade e nível de educação, observamos que, em regiões com elevados níveis de concentração, a dinâmica de desenvolvimento se torna de tal forma excludente que uma ampliação da renda *per capita* possui resultados líquidos nefastos para o desenvolvimento humano coletivo.

Surgem, assim, duas opções de políticas públicas para incentivar o desenvolvimento nas regiões mais pobres. Primeiro, esforços podem ser envidados no intuito de desconcentrar a propriedade da terra. Atualmente, no estado do Espírito Santo, há duas linhas de políticas que atuam nesse sentido: as políticas de reforma agrária executadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); e o Programa Nacional de Crédito Fundiário, implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF). Mas os dados da evolução da estrutura fundiária demonstram que estas políticas não estão sendo eficazes em frear o processo de concentração de terra no estado.

Uma segunda alternativa para impulsionar o desenvolvimento das regiões mais pobres é direcionar os gastos públicos com o intuito de modificar a própria dinâmica de desenvolvimento desses municípios, ampliando a importância dos setores secundários e reduzindo a dependência da atividade agropecuária.

Esse último elemento nos faz questionar até que ponto seria possível difundir o processo de industrialização de forma a proporcionar o desenvolvimento adequado para todos os municípios. Haveria a possibilidade de que todas as regiões fossem pautadas pelo desenvolvimento autônomo, desenvolvimento esse orientado pelo progresso tecnológico? Ou haveria alguma lógica funcional que exija a existência de regiões focadas na produção agropecuária e outras focadas no desenvolvimento tecnológico e industrial?

Se este último for o caso – o que nos parece mais factível – a existência de regiões menos desenvolvidas seria essencial para que haja, em contrapartida, um polo mais desenvolvido. Assim, a busca pela equidade exigiria que fossem pensados novos mecanismos para a distribuição dos frutos do progresso tecnológico entre as regiões, que não passasse pela solução tradicional dos mercados. Não obstante, para que se possa chegar a conclusões mais consistentes sobre esse tema, seria necessário que o mesmo fosse objeto de pesquisas futuras.

Já que estamos tratando de temas para pesquisas futuras, podemos citar inicialmente que os estudos realizados aqui, para se tornarem mais conclusivos e generalizáveis, poderiam ser realizados sobre uma base de dados mais ampla, talvez abarcando outros estados brasileiros. Outro caminho importante seria melhorar a qualidade dos dados com que trabalhamos, tendo em vista os limites apresentados na seção de metodologia. Nesse tipo de trabalho, os dados são a essência da pesquisa. Tudo se constrói a partir dos dados, e estes, caso não sejam adequados, podem nos levar a resultados completamente equivocados.

Outra sugestão seria buscar incluir elementos socioculturais e demais elementos não-econômicos nos modelos que explicam o IDH-M, afim de ampliar a capacidade explicativa dos mesmos. Também pode ser apontado como possível objeto de pesquisas futuras, a análises de séries históricas de estrutura fundiária com o intuito de se verificar a hipótese da relação causal circular apresentada nesse artigo. A própria consolidação dos dados necessários para tal pesquisa já se constituiria um trabalho de vulto.

Por fim, cremos que esse trabalho mostrou a atualidade da abordagem estruturalista para explicar a realidade econômica. Futuros trabalhos também poderiam ser desenvolvidos com o intuito de melhorar o instrumental de análise utilizado, ou para aplicá-lo a inúmeros outros problemas econômicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRO, R. Inequality and Growth in a Panel of Countries. *Journal of Economic*. vol.5, 2000.

BARROS, R. P. de; et al. Pobreza no Espírito Santo. *Texto de Discussão n° 1476*, IPEA, mar. 2010.

BERGAMIM, M. C. Agricultura familiar no Espírito Santo: concentração fundiária e recomposição socioeconômica. *XLIII Congresso da SOBER*, São Paulo: SOBER, 2005. CD-ROM.

FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 1995/1996*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2010.

_____. _____. *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2010.

IJSN. Instituto Jones Santos Neves. *PIB Municipal 2007*. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/528_PIB_Municipal_2007.xls>. Acesso em: 15 out. 2010.

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. *American Economic Review*. vol.45, n.1, 1955.

MAGALHÃES, M.A.; TOSCANO, V.N. Crescimento econômico e bem-estar nos municípios do Espírito Santo. *Texto para Discussão n.15*, IJSN, ago. 2010.

MO, P.H. Land Distribution Inequality and Economic Growth: Transmission Channels and Effects. *Pacific Economic Review*. Vol 8. Nº.2, 2003.

PNUD, IPEA, FJP, IBGE, *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*, versão 1.0.0, 2003. ESM Consultoria. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 15 out. 2010.

SOLOW, R.M. A contribution to the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, v.70, n.1, 1956.